

Seminário Nacional de Informação e documentação jurídicas: resgate histórico¹

Edilenice Passos

Faz levantamento histórico das cinco edições do Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas (SNDIJ). A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico e o uso de arquivos pessoais na participação da organização do evento. Os resultados obtidos mostram que, apesar de jovem, o evento tornou-se um meio importante de comunicação científica para os bibliotecários jurídicos.

Palavras-chave: Evento jurídico. Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas (SNDIJ) - histórico. Bibliotecário jurídico - biografia.

Brazilian Seminar on Legal Information and Documentation: a historical rescue

It's a historical survey of the fourth editions of the National Seminar on Documentation and Legal Information (SNDIJ). The methodology used was the bibliographic survey and the use of personal files. The results show that, although new, the event has become an important means of scientific communication for legal librarians in Brazil.

Keywords: Brazilian Seminar on Legal Information and Documentation (SNDIJ). Law librarian - biography.

Mestre em Biblioteconomia e Documentação (UnB, 1992). Editora do site *Infolegis: Pesquisa Jurídica no Brasil*. Criadora e moderadora da lista de discussão *Infolegis: Bibliotecários Jurídicos Reunidos*.

edilenice@infolegis.com.br

¹ Atualização e complementação dos dados constantes do Programa do 3º SNDIJ.

1 INTRODUÇÃO

Os eventos profissionais são eventos efêmeros. Em geral, há um registro dos trabalhos apresentados por meio da publicação de anais. Entretanto, muitos detalhes de sua organização como os cartazes, logomarcas, panfletos de divulgação ou o programa não são preservados.

O Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídicas (SNDIJ) teve cinco edições. É um evento jovem se comparado com a Conferência Anual da American Association of Law Libraries (AALL) que está em sua 110^a edição, mas que se espera que se consolide no espaço da Biblioteconomia brasileira.

Mesmo jovem, o evento está sendo objeto de estudos por alunos de Biblioteconomia, que o escolheram como tema central ou periférico de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O objetivo central desse artigo é resgatar a memória do evento e criar fonte de pesquisa para aqueles que queiram estudá-lo como fenômeno de comunicação científica.

2 O SEMINÁRIO

O Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas nasceu da iniciativa de Iza Antunes, então Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF). Sua primeira edição foi parte das comemorações dos 45 anos de existência da ABDF.

O SNDIJ nasceu com a premissa de ser um evento feito por bibliotecários jurídicos para bibliotecários jurídicos, pois os outros eventos dirigidos a esses profissionais tinham, em sua maioria, advogados e juristas como palestrantes. O bibliotecário jurídico desempenha o papel principal na atividade de organização do evento, como palestrante ou professor, homenageado e ainda na platéia. Esse último tão ou mais importante que os outros os papéis, pois a participação em eventos é parte da educação continuada. O patrimônio de um profissional compreende sua competência e seu conhecimento. Para se desenvolver é importante que o próprio bibliotecário seja capaz de planejar, proteger, zelar e administrar seu maior bem: sua carreira.

2.1 A PRIMEIRA EDIÇÃO

A primeira edição aconteceu em Brasília, em 2007, como evento paralelo ao XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (XXII CBBBD) e teve como tema central *Informação Jurídica: trabalhando Direito*, sugerido pela bibliotecária Cristiane Maia, da Câmara dos Deputados.



O tema geral foi dividido em três subtemas ou painéis: Mercado de Trabalho e Formação Profissional; Desenvolvimento de coleções e preservação de documentos eletrônicos; Soluções ao alcance de todos.

Foram inscritos 148 profissionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, atuantes nas esferas federal, estadual e municipal, bem como profissionais de organizações da iniciativa privada. Estes profissionais vieram de todas as regiões do País: Centro Oeste (60%), Sudeste (15%), Sul (14%), Nordeste (7%) e Norte (4%).

Entre os inscritos, 81% (121) eram bibliotecários, mas outras categorias profissionais estiveram representadas, tais como arquivistas e técnicos judiciários, assim como alunos de Biblioteconomia.

Nos três dias de realização do Seminário, foram apresentadas 20 palestras, no período da tarde, e ministrados oito cursos, no período da manhã, a saber: Controle de processos em escritórios de advocacia, Ementas e recuperação da informação jurídica, Pesquisa de legislação federal, Diretrizes para Implantação de um Serviço de Indexação Legislativa em Unidades de Informação Jurídica, XML para bibliotecários, Pesquisa no Sicon, Fontes de informação jurídica.

2.2 A SEGUNDA EDIÇÃO

A segunda edição aconteceu também em Brasília, em 2010. O evento estava subdividido em seis painéis: Gestão da informação e do conhecimento, Novas formas



de transmissão e comunicação da informação jurídica, Software Jurídico, Gestão de arquivos jurídicos, Fontes de informação jurídica, Indexação Jurídica.

Foram oferecidos cinco minicursos para proporcionar aos bibliotecários jurídicos atualização em conhecimentos anteriormente adquiridos e para dar a oportunidade para que adquirissem novos. Os temas dos cursos foram: DSpace: criação de repositórios digitais, Portable Document Format (PDF): Aplicações tecnológicas para documentos e acervos digitais, Utilização do SEER para criação e disponibilização de revistas eletrônicas, Avaliação de fontes de informação jurídica disponíveis na web, Pesquisa de jurisprudência, de atos normativos e nas publicações do Supremo Tribunal Federal,

Estiveram presentes ao 2º SNDIJ 199 profissionais, sendo 145 regularmente inscritos e foram oferecidas 54 cortesias para estudantes de Biblioteconomia; profissionais da área de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), parceiro do evento; convidados das homenageadas e dos patrocinadores.

O Seminário recebeu participantes de 16 unidades federativas, tendo mais uma vez, representantes de todas as regiões: Centro Oeste (77%), Sudeste (14%), Norte (5%), Nordeste (3%) e Sul (1%). Por ter sido realizado no Distrito Federal recebeu consideravelmente mais participantes locais. Ressalte-se que unidades da Federação longínquas, como Rondônia e Rio Grande do Sul, tiveram representantes e ao mesmo tempo outras relativamente perto do Distrito Federal, como Goiás e Espírito Santo, não enviaram nenhum profissional.

No que concerne à formação acadêmica dos participantes, 66,3% eram bibliotecários, embora outras categorias profissionais estivessem representadas, tais como: advogados, arquivistas, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais da área de Tecnologia da Informação, técnicos judiciários.

2.3 A TERCEIRA EDIÇÃO

O 3º SNDIJ ocorreu entre os dias 17 e 19 de setembro de 2012, em Brasília, com o tema central *Informação Jurídica: produzindo, gerindo e disseminando*.



Esta edição estava dividida em quatro painéis com a apresentação de 16 palestras: Gestor da Informação Jurídica (três palestras); Bibliotecas Digitais: cenários e tendências (sete palestras); Soluções ao Alcance de Todos (quatro palestras) e FRBR (duas palestras).

Foram ministrados cinco cursos: XML para Bibliotecários, Indexação Legislativa, Criação de feeds RSS para bibliotecas, Conhecendo o DSpace, Conspectus na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções.

Estavam inscritos 160 bibliotecários de todas as regiões do País, distribuídos por 20 estados e o Distrito Federal, entre os participantes contavam bibliotecários, analistas de sistema, advogados e arquivistas.

2.4 A QUARTA EDIÇÃO

Em sua primeira edição fora do Distrito Federal, o Seminário foi realizado como evento paralelo ao XXV CBBB (Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação), em Florianópolis (SC), no período de 8 a 10 de julho de 2013.

Bibliotecas jurídicas: construindo uma visão de futuro foi o tema desta quarta edição. Luciana Napoleone, Presidente da Comissão Organizadora, esclarece que o tema

[..] traduz os anseios e expectativas do bibliotecário jurídico diante das mudanças constantes nas primeiras décadas do Século XXI.

Construir uma visão de futuro requer o conhecimento do passado e trabalho cooperativo. Por este motivo, buscou-se resgatar na medida do possível a história dos grupos jurídicos e encontros da área de documentação e informação jurídica no Brasil.

Igualmente às outras edições, o evento foi dividido em eixos temáticos: Bibliotecas digitais: cenários e tendências; Informação jurídica: antigas práticas, novos modelos; Bibliotecas, arquivos e museus em prol da qualidade na gestão da informação jurídica; Soluções ao alcance de todos e Temário livre.



2.5 A QUINTA EDIÇÃO

A mais recente edição, aconteceu como evento paralelo ao XXVII CBBB, realizado em Fortaleza (CE), de 17 a 20 de outubro de 2017.

O tema central do XXVII CBBB foi a Agenda 2030 e o 5º SNDIJ seguiu na mesma linha.



A Agenda 2030 possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que delineiam muito bem os planos da Organização das Nações Unidas para erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões. Entre os ODS, alguns se harmonizam com a prática da Biblioteconomia Jurídica, e foi recomendado que os trabalhos procurassem abordá-los. Em especial, o ODS 16 que elenca duas metas que estão intimamente ligadas ao trabalho do bibliotecário jurídico: 1) assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais; 2) promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Esta edição do evento contou com 108 inscrições. Porém, o número exato de participantes não foi contabilizado, pois todos os inscritos no XXVII CBBB tinham entrada franqueada para assistir as palestras dos eventos paralelos

Foram apresentadas 10 palestras: cinco palestras de autores convidados e cinco palestras selecionadas entre as que se submeteram ao processo de submissão de trabalhos. Houve também a apresentação do Panorama das Atividades do Comitê de Estudos para a Reativação da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica.

4 COMPARANDO DADOS DAS EDIÇÕES DO SNDIJ

A apresentação em forma de quadro permite a percepção imediata da conjuntura de cada evento, por isso são apresentados quatro quadros com a sintetização de dados sobre os eventos, com o intuito de facilitar a avaliação do evento e a utilização dos dados por pesquisadores.

O Quadro 1 permite a comparação de dados selecionados das cinco edições do Seminário Nacional de Documentação e informação Jurídicas: data, número de inscritos e de minicursos, local do evento e os temas e painéis.

Quadro 1: Dados compartilhados das cinco edições do SNDIJ

Evento	Nº de Inscritos	Data	Local	Tema e painéis
1SNDIJ	148	2007	Tribunal de Contas da União, Auditório Ministro Pereira Lira Brasília, DF	Informação Jurídica, trabalhando direito 1 Mercado de trabalho e formação profissional 2 Desenvolvimento de coleções e preservação de documentos eletrônicos 3 Soluções ao alcance de todos
2SNDIJ	199	2010	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Auditório Ministro Sepúlveda Pertence Brasília, DF	1 Gestão da informação e do conhecimento 2 Novas formas de transmissão e comunicação da informação jurídica 3 Software Jurídico 4 Gestão de arquivos jurídicos 5 Fontes de informação jurídica 6 Indexação jurídica
3SNDIJ	160	2012	Câmara Legislativa do Distrito Federal, Auditório Brasília, DF	Informação jurídica: produzindo, gerindo, disseminando 1 Bibliotecas digitais: cenários e tendências 2 Informação jurídica: antigas práticas, novos modelos 3 Bibliotecas, arquivos e museus em prol da qualidade na gestão da informação jurídica 4 Soluções ao alcance de todos
4SNDIJ		2013	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Florianópolis (SC)	1 Bibliotecas digitais: cenários e tendências 1.1 A biblioteca jurídica na era digital 1.2 Siga-me: o uso de redes sociais em bibliotecas jurídicas 1.3 Espaço virtual versus biblioteca tradicional: ameaça ou oportunidade? 1.4 Gestão da informação jurídica 1.4.1. O gestor da informação jurídica 2 Informação jurídica: antigas práticas, novos modelos 2.1 Ultrapassando fronteiras: Desenvolvimento compartilhado de coleções digitais em bibliotecas jurídicas 2.2 Espalhando conhecimento: Novos formatos para o SDI 2.3 Apropriando-se ou disseminando: O Google acadêmico 2.4 Publicar ou perecer: o mercado editorial jurídico. 3 Bibliotecas, arquivos e museus em prol da qualidade na gestão da informação jurídica 4 Soluções ao alcance de todos 5 Temário livre
5SNDIJ		2017	Centro de Eventos do Ceará, Fortaleza (CE)	Agenda 2030 – Objetivos do desenvolvimento sustentável: como as bibliotecas podem contribuir com sua implementação.

Fonte: Elaborado pela Autora.

A próxima sumarização, quadro 2, lista os trabalhos apresentados nas cinco edições do evento, alguns trabalhos foram apenas apresentados e não foram publicados nos anais. Os discursos e as apresentações dos patrocinadores igualmente não foram incluídos.

Quadro 2: Palestras apresentadas no SNDIJ : 2007–2017

Evento	Título	Autor(es)
1º SNDIJ	Ontologia da Linguagem e Gestão da Informação*	Margarita Morales
	O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa	Sofia Galvão Baptista, Edilenice Passos, Maria das Graças Soares, Luciana Araújo Gomes de Sousa
	A visão do empregador de bibliotecários jurídicos*	Terezinha F. Carvalho de Souza
	Reflexões sobre o ensino da Documentação Jurídica no Brasil: a experiência da disciplina no currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará	Lucivaldo Barros
	Processo de credenciamento das escolas de magistraturas para fins de reconhecimento junto ao MEC e a adoção de padrões de qualidade na política de coleções para as bibliotecas jurídicas	Adriana Carla Silva de Oliveira e Hallysson Nóbrega
	A classificação contábil de acervos bibliográficos adotada em bibliotecas de órgãos do judiciário: bens de consumo ou permanentes? Análise sob a ótica do artigo 18 da Lei nº 10.753/2003 e das implicações nos procedimentos de aquisição, empréstimo, controle, registro, tombamento, desbastamento e descarte	Nilcéia Lage Medeiros, Alfredo Alves de Oliveira Melo e Ester Eliane Jeunon
	Análise de periódicos jurídicos brasileiros impressos	Victor Hugo Vieira Moura, Edilenice Passos, Jhonathan Divino Ferreira dos Santos, Stella Maria Vaz Santos Valadares e Grazielle Pereira da Silva
	Redes de bibliotecas governamentais: um enfoque administrativo sobre o periódico científico- jurídico brasileiro e o controle bibliográfico	Nilcéia Lage Medeiros
	Integração e interoperabilidade*	Paulo Roberto Pinto
	AC- JUS – Autoridade Certificadora da Justiça*	Lúcio Melre da Silva
	Processo jurídico eletrônico*	Sergio Tejada
	CAJU, JusQualitas, BIGJus e outros serviços do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal – JUSDATA	Raquel da Veiga Araújo de Meneses e Neide Alves Dias De Sordi
	O uso de software livre no STJ: experiência na implantação da BDJur	Teresa Helena da Rocha Basevi
	Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal: uma proposta em desenvolvimento	Maria Tereza Machado Teles Walter, Lílian Januzzi Vilas Boas, Mônica Valéria Macedo Fischer e Patrícia Coelho Ferreira de Meneses da Silva

Continua

Quadro 2: Palestras apresentadas no SNDIJ : 2007-2017-2

Evento	Título	Autor(es)
2º SNDIJ	Mapeamento das competências gerenciais necessárias aos gerentes das unidades de informação dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário Brasileiro	Larissa Amorim Catunda Sampaio
	Gestão de informação jurídica em Escritório de Advocacia: relato de caso do Mattos Filho Advogados	Solange Aparecida Simões Ferreira do Ó e Cátia Martins Jorge Murata
	Comunicação da informação jurídica: produtos da biblioteca do Supremo Tribunal Federal	Monica Fischer e Lílian Januzzi Vilas Boas
	Biblioteca digital do Superior Tribunal de Justiça (BDJur): relato de experiência	José Ronaldo Vieira, Arlan Moraes de Lima e Vandeilson Soares Neri
	Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Conselho Nacional de Justiça*	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho
	Programa de avaliação do grau de aderência dos sistemas informatizados do Poder Judiciário ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus*	Neide Alves Dias De Sordi
	Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA*	Patrícia Longhi e Renato Crivano
	O impacto das novas tecnologias nos arquivos de processos jurídicos nos escritórios de advocacia*	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza e Ana Paula de Rezende
	A experiência de arquivamento intermediário em escritórios de advocacia de Belo Horizonte, na ótica da gestão de documentos: estudo de casos múltiplos	Nilcéia Lage de Medeiros, Leandro Ribeiro Negreiros e Cléia Gomes Amaral
	Avaliação de Fontes de informação para busca de documentos jurídicos na Internet: uma reflexão à luz das cinco leis de Ranganathan e dos critérios de acessibilidade	Lucivaldo Barros
	Linha sucessória dos ministros do Supremo Tribunal Federal: um resgate da memória institucional	Mônica Fischer e Luciana Araújo Reis
	LexML: visão unificada da informação legislativa e jurídica do Brasil	João Alberto Lima e Edilenice Passos
	O tesouro da Justiça Eleitoral	Osmar Arouck
	A (des)construção dos paradigmas da indexação Jurídica	Paulo de Castro Gonçalves
3º SNDIJ	FRBR: breve apresentação	Fernanda Moreno
	FRBRização de um catálogo MARC	João Alberto Lima
	Controle Bibliográfico de Publicações Oficiais: uma Proposta para o Cenário Brasileiro	Ana Ilka Cruz Galvão, Raphael da Silva Cavalcante e Cristian José Oliveira Santos
	PROJETO LEGIN WEB: desafios e resultados de um projeto visando disponibilizar informações legislativas: do acervo memória ao mundo digital	Marilene Mendes Sow e Elaine Aparecida de Lima
	Preservação e disponibilização na Internet de documentos cartográficos dos processos históricos da Justiça Federal do Paraná no período de 1853 a 1944	Mônica Lopes Simião
	Uso das redes sociais pelo Poder Legislativo: o caso Alerj	Kelly Pereira de Lima
	Acervos Híbridos: Do direito de propriedade ao direito de acesso/uso: Análise de dois contratos de provedores de bancos de dados online	Cláudia Gama Gondim e Nilcéia Lage de Medeiros
	Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto: considerações sobre coleções especiais jurídicas	Thiago Cirne
	Gestão de Documentos Empresariais: envolvendo usuários no processo de determinação da ordenação interna dos documentos do arquivo de um escritório de advocacia	Alessandro Ferreira Costa e Nilcéia Lage de Medeiros
	Advocacy para bibliotecas: por que se envolver e por onde começar*	Marci Merola
	Jurisprudência sistematizada	Eduardo Porto
	Contratando serviços em biblioteca jurídica da administração pública	Luciana Maria Napoleone, Maria Lucia Beffa, Silvia Mara de Andrade Jastwebski e Maíra Cunha de Souza Maria
	Gestão de informação em escritório de advocacia	Cátia Martins Jorge Murata
	A Biblioteca Digital do Senado Federal e o DSpace	André Luiz Lopes de Alcântara
Bibliotecas jurídicas e a responsabilidade socioambiental: caso STJ	Arlan Moraes de Lima	

Continua

Quadro 2: Palestras apresentadas no SNDIJ : 2007–2017–1

Evento	Título	Autor(es)
4º SNDIJ	Biblioteca Digital do Senado Federal: 2006 – 2013 : uma análise dos desafios e soluções	André Luiz Lopes de Alcântara
	Curtiu? : A experiência da Biblioteca do Senado Federal no uso das mídias sociais	Clara Bessa da Costa
	Leitura documentária: estudo com os bibliotecários na área jurídica da cidade de João Pessoa	Sara Stefânia Travassos de Brito, Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento, Rosana Amâncio Pereira
	Estudo de terminologias da área jurídica em sistemas de organização do conhecimento à luz do Código de Processo Civil brasileiro: com ênfase na Classificação Decimal Universal e Classificação Decimal de Direito	Maria Giovane Fogaça e Brígida Maria Nogueira Cervantes
	Organização do conhecimento jurídico brasileiro: um caso de historiografia biblioteconômica	Luciana Maria Napoleone e Maria Lucia Beffa
	Reflexões sobre a formação do acervo da Academia de Direito do Largo de São Francisco: do século XIX aos nossos dias	Maíra Cunha de Souza Maria, Maria Lucia Beffa, Sérgio Carlos Novaes e Sílvia Mara de Andrade Jastwebski
	Repositório digital: DSpace como uma ferramenta de gestão da informação em escritórios de advocacia	Daniele Cristina Gonçalves Brene Pires e José Fernando Modesto da Silva
	Processo de elaboração da tabela de classificação jurídica da Biblioteca da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo	Ednéia Silva Santos Rocha e Milena Celere
	A contribuição da biblioteca para a difusão do conhecimento: a experiência do Tribunal Marítimo	Tatiana Sousa da Silva
	Informação Jurídica: contribuições da arquitetura e organização da informação no âmbito da Câmara dos Deputados	Marilene Mendes Sow
5º SNDIJ	Fundamentos históricos da Documentação Jurídica	Roseli Miranda
	Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais	Lucivaldo Vasconcelos Barros
	Economia e sustentabilidade – Colaboração pela LexML e Consórcio BDJur	José Ronaldo Vieira e Najla Bastos de Melo
	Relato de experiência de uma biblioteca do Nordeste	Rejane Façanha Albuquerque
	Acesso à Informação Pública, Governo Aberto, Dados Abertos e a Agenda 2030	Neide Alves Dias De Sordi
	Relatório do Panorama dos Estudos para a Reativação da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica	Edilenice Passos
	Avaliação da conformidade do Sistema Aegis ao modelo de requisitos MoReq-Jus	Leoneide Maria Brito Martins e Vanessa Gomes
	Repositório digital da Escola Superior da Magistratura do Maranhão: proposta de implantação	Joseane Cantanhede Santos
	Sistema de classificação do conhecimento jurídico em artigos científicos da Ciência da Informação	Paulo Rogério Gonçalves Dantas
Gestão do Conhecimento e Gestão por competências: aplicações em escritórios de advocacia	Dayanne Prudêncio	
Classificação Decimal de Direito: estudos para a quinta edição	Osmar Arouck	

* Trabalhos apresentados, mas não publicados. **Não foram incluídos os discursos e palestras de patrocinadores.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em quatro edições do evento foram oferecidos minicursos (quadro 3), com o objetivo de atualizar os conhecimentos daqueles que participaram dos eventos.

Quadro 3: Minicursos oferecidos nas cinco edições do SNDIJ

Evento	Minicurso
1º SNDIJ	Ementas e recuperação da informação jurídica
	Fontes de informação jurídica
	XML para bibliotecários
	Diretrizes para Implantação de um Serviço de Indexação Legislativa em Unidades de Informação Jurídica
	Pesquisa de legislação federal
	Controle de processos em escritórios de advocacia
	Introdução à pesquisa de legislação americana
	Pesquisa no Sicon
2º SNDIJ	DSpace: criação de repositórios digitais
	PDF: Aplicações tecnológicas para documentos e acervos digitais
	Utilização do SEER para criação e disponibilização de revistas eletrônicas
	Pesquisa de jurisprudência, de atos normativos e nas publicações do Supremo Tribunal Federal
	Avaliação de fontes de informação jurídica na web
3º SNDIJ	XML para bibliotecários
	Indexação legislativa
	Criação de feeds RSS para bibliotecas
	Conhecendo o DSpace
	Conspectus na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções
4º SNDIJ	(Não foram oferecidos minicursos)
5º SNDIJ	Noções de Documentação Jurídica

Fonte: Elaborado pela Autora.

Todas as edições do evento propiciaram discussões fundamentadas sobre questões relativas aos bibliotecários jurídicos, o ensino da Biblioteconomia Jurídica, *advocacy*, entre outros assuntos. Essas discussões foram resumidas em *Recomendações*.

Percebe-se que algumas recomendações já foram atendidas: oferecimento de minicursos nas edições do evento (1SNDIJ); realização do 3º SNDIJ (2SNDIJ); criação de um periódico especializado em Biblioteconomia Jurídica (2SNDIJ); indicação de homenageados de outros entes federativos, diferentes do Distrito Federal (3SNDIJ).

Quadro 4: Recomendações apresentadas nas cinco edições do SNDIJ

Evento	Recomendações
1º SNDIJ	<ul style="list-style-type: none"> • São realizados vários eventos na área da Biblioteconomia Jurídica em diferentes estados brasileiros, utilizando variadas denominações. Para que a área tenha um evento consistente e conte com a participação de um número expressivo de bibliotecários, recomenda-se a continuação da realização de eventos, com intervalos regulares, de preferência com a utilização do mesmo nome, ou seja, Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (SNDIJ); • A experiência do oferecimento da disciplina optativa na Universidade Federal do Pará (UFPA) é fruto da necessidade de especialização do estudante de Biblioteconomia que pretende ingressar na área jurídica. Por isso, recomenda-se a inclusão de disciplinas similares na grade curricular de Cursos de Graduação em Biblioteconomia nas demais instituições de ensino superior, iniciativa que proporciona ao corpo discente a oportunidade de maior preparação para o mercado de trabalho. A oferta de cursos de pós-graduação em Documentação Jurídica também é iniciativa recomendada; • A grande procura pelos cursos de curta duração demonstrou que existe uma alta demanda por educação continuada. Sendo assim, recomenda-se que os futuros eventos continuem a oferecer atividades de capacitação e aperfeiçoamento profissional, como cursos, oficinas e <i>workshops</i>. Nesse particular, seria interessante a oferta de cursos sobre a legislação do ente federativo que sediar o evento.
2º SNDIJ	<ul style="list-style-type: none"> • Considerando a inexistência de eventos regulares na área de Biblioteconomia Jurídica, recomenda-se a realização do 3º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas; • A Biblioteconomia Jurídica brasileira não conta com um periódico especializado, recomenda-se que sejam feitos esforços juntos às editoras e universidades para a criação e manutenção de um periódico que possa divulgar os estudos e os relatos de experiências da área; • É desconhecido o número de bibliotecários jurídicos brasileiros. Mesmo havendo um incremento de 25% no número de inscritos, recomenda-se que o investimento na divulgação do próximo evento, para poder contar com a presença de participantes oriundos de todas as unidades federativas.
3º SNDIJ	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos para discutir a bibliografia de publicações oficiais, sob a coordenação e o apoio da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF); • Indicação de novos homenageados, inclusive de outros estados brasileiros; • Criação de um Grupo de Trabalho para repensar a Lei de Licitações à luz das necessidades específicas das bibliotecas, o que teria como meta a redação de um anteprojeto; • Criação de um grupo, sob coordenação da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), a fim de estudar <i>advocacy</i> para que a classe profissional pare de se lamentar e possa ter uma atitude mais propositiva e pró-ativa na área.
4º SNDIJ	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica <i>pro Tempore</i>, dentro da ação de retomada das comissões brasileiras pela Febab • Atualização da Classificação Decimal de Direito - CCDir • Criação de Grupo de estudo/trabalho para as obras raras na área jurídica <ul style="list-style-type: none"> • Para os próximos encontros jurídicos nacionais • Recuperar nomes anteriores de eventos jurídicos nacionais e incluí-los: 8º ENDIJ, 5º SNDIJ, 17º ENBJ (?) • Manter a periodicidade de 2 anos • decidir pela a realização simultânea com CBBBD ou não, visando maior participação dos bibliotecários • Pensar em formato de participação <i>online</i>, ou pelo menos uma parte do evento • Em relação à memória dos eventos <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade e aprofundamento do resgate histórico e inclusão de encontros regionais e especializados • Recuperação dos anais e disponibilização na íntegra em repositório digital ou biblioteca digital, e integrar iniciativas, bibliotecas digitais ou repositórios já disponíveis • Inclusão dos dados na Infolegis, atualizar o mapeamento da produção bibliográfica da área jurídica na Infolegis • Para a organização da área de informação jurídica <ul style="list-style-type: none"> • Participação de integrantes de associações de bibliotecários, grupos jurídicos, representantes (no caso de não haver Associação ou GIDJ) e grupos especializados • Elaboração de um plano de ação (ações estratégicas) • Integração com iniciativas já iniciadas na área Infolegis, LexML, entre outras • Trabalho colaborativo de acordo com as possibilidades institucionais • Canal de informação de ações, eventos e conhecimento produzido na área como por exemplo com a criação de uma revista da área jurídica, citado pela Edilenice Passos, onde seria possível ter espaço para espaço para eventos • Fortalecimento do movimento associativo bibliotecário no Brasil • Discussão da ética profissional nos cursos de Biblioteconomia <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho conjunto de conselhos regionais e associações com cursos de biblioteconomia para a criação da disciplina de ética profissional dentro dos currículos, atendendo à necessidade de discussão da questão ética entre professores, profissionais e estudantes • Rede RVBI como fonte de dados para catalogação e indexação • Integração de estudantes no movimento associativo

Continua.

Quadro 4: Recomendações apresentadas nas cinco edições do SNDIJ-1

Evento	Recomendações
5º SNDIJ	<p>Recomendações para as instituições representativas da classe biblioteconômica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar e cobrar a disponibilização dos dados abertos pelo Governo em formato aberto a todos; • respaldar ações em prol do fortalecimento das bibliotecas; • manifestar-se veementemente às notícias de fechamento de bibliotecas por parte da três esferas de Governo <p>Recomendações para os bibliotecários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os profissionais da informação, que atuam em biblioteca da área ambiental, recolham e armazenem os estudos de impacto ambiental e os relatórios de informação em meio ambiente (EIA e RIMA) em suas unidades de informação conforme prevê a legislação, para presente e futuros estudos. <p>Recomendações para os bibliotecários jurídicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • participar dos esforços de suas instituições para implementação da Agenda 2030, na disponibilização dos dados abertos, no cumprimento da Lei de Acesso à Informação e da Transparência pública; • apoiar a reativação da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica; • estimular a criação ou a reativação dos grupos profissionais de informação jurídica nos Estados brasileiros; • incentivar aos profissionais a produzirem e publicarem em revistas e eventos, sendo estes resultados de suas pesquisas e observações realizadas em suas instituições; • incentivar as universidades a realizarem pesquisas voltadas para informação jurídica e competência informacional jurídica ou incluírem em suas grades curriculares essa temática em suas disciplinas (obrigatórias ou optativas); • apoiar a formação de cursos de especializações em informação jurídicas; • mapear as iniciativas nacionais e internacionais de informação jurídica (eventos, cursos, grupos de trabalho, entre outros); • promover o fortalecimento das unidades de informação jurídica para que os bibliotecários lutem para que o Serviço de Pesquisa de legislação, jurisprudência e doutrina sejam agregados na biblioteca, sobretudo as pesquisas avançadas; • incentivar a qualificação de Bibliotecários em treinamento na área do competência, comportamento informacional e pesquisa de informação na área jurídica, tendo em vista que esse é um dos setores que dão mais visibilidades junto aos operadores do Direito.

Fonte: Elaborado pela Autora.

5 OS HOMENAGEADOS

O trabalho do bibliotecário é desenvolvido longe dos holofotes. O usuário, por exemplo, ao entrar numa biblioteca, e se depara com o acervo organizado, não tem consciência de todo o esforço efetuado para permitir que ele acesse rapidamente as informações. O Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídicas, ao homenagear bibliotecários jurídicos atuantes, direciona esse holofote para o trabalho de profissionais que atuam na obscuridade, mostrando um pouquinho da história de cada um, a excelência das atividades e seu lugar de destaque nesse grande palco que chamamos de biblioteca.

Na primeira edição, o SNDIJ homenageou as duas grandes estrelas da Biblioteconomia Jurídica: Doris de Queiroz Carvalho e Cecília Andreotti Atienza Alonso. Na segunda edição, foram homenageadas Maria Lúcia Vilar de Lemos e Maria Eliza

Nogueira Loddo, que foram pioneiras no desenvolvimento de bases de dados jurídicas no Brasil. A terceira edição homenageou Neide Alves Dias De Sordi. Na edição de 2013, a homenageada foi Edilenice Passos. Em 2017, Lucivaldo Barros

5.1 Doris de Queiroz Carvalho

No final da década de 40, do século XX, a Biblioteca do Ministério da Fazenda utilizava a Classificação Decimal de Dewey (CDD) para classificar todos os livros de seu acervo, exceto as obras jurídicas, porque a CDD se mostrava inadequada e insuficiente. Após estudos de várias outras tabelas de classificação, optou-se pela utilização da Classificação Decimal da Federação Internacional de Documentação, mais conhecida como Classificação Decimal de Bruxelas. Mesmo esta tabela parecia inadequada para classificar os livros brasileiros de Direito. Para solucionar o problema a jovem bibliotecária Doris de Queiroz Carvalho, que era responsável pela classificação das obras, decidiu expandir a classe 340 (Direito) da CDD, mas mantendo as suas características originais. Sem grandes pretensões, o objetivo do trabalho era apenas suprir uma necessidade específica da Biblioteca do Ministério da Fazenda. Entretanto, essa dificuldade era similar em outras bibliotecas jurídicas e começaram a surgir os pedidos de cópias dessa expansão da tabela.



Em 1948, o chefe da Biblioteca do Ministério da Fazenda resolveu fazer uma edição “mimeografada” que se esgotou rapidamente. Mas os pedidos de cópias não paravam de chegar. A segunda edição veio a público em 1953. No prefácio da segunda edição a autora modestamente diz que se alegrará “se com este desprezioso trabalho tivermos prestado algum serviço à Biblioteconomia brasileira.” Ela não imaginava a contribuição que estava dando aos bibliotecários jurídicos.

Em 1977, atendendo aos inúmeros pedidos de uma nova edição, Doris de Queiroz Carvalho foi convidada a revisar sua classificação, lançando a terceira edição aumentada e atualizada. Seus exemplares, mais uma vez, rapidamente se esgotaram.

Os bibliotecários jurídicos tiveram que esperar 25 anos por uma nova edição. A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República decidiu convidar dona Doris para, mais uma vez, atualizar a sua obra. Mesmo afastada da profissão há vários anos, mesmo já vivendo sua nona década, dona Doris não recusou o convite. Trabalhou incansavelmente com as bibliotecárias da Presidência da República para trazer à luz a quarta edição de sua classificação.

Demonstrando, ainda, grande espírito público concordou com a edição eletrônica de seu trabalho, possibilitando que todo e qualquer bibliotecário jurídico pudesse ter acesso à Classificação Decimal de Direito. Acabou, aí, o problema de edição esgotada.

5.2 Cecília Andreotti Atienza Alonso

O livro *Documentação Jurídica: Introdução à análise e indexação de atos legais*, de autoria da bibliotecária Cecília Andreotti Atienza, lançado em 1979, surgiu do espírito altruísta da autora, que pretendia evitar que outros bibliotecários jurídicos enfrentassem as mesmas dificuldades que ela havia enfrentado no início da carreira. Naquela época, e ainda hoje, os cursos de Biblioteconomia oferecidos nas universidades brasileiras



não preparavam os estudantes para trabalharem em uma área tão específica e complexa quanto à Biblioteconomia Jurídica. Era notória a necessidade de bibliografia básica que condensasse em um só volume os conceitos e técnicas esparsos em artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos científicos. Ao longo dos anos, o livro *Documentação jurídica* cumpriu seu papel como texto básico para estudantes de Biblioteconomia e neófitos bibliotecários jurídicos.

Publicar o livro não foi a maior realização de Cecília Atienza Alonso, mas as consequências da publicação. Em 2004, Edilenice Passos realizou o mapeamento da produção bibliográfica do bibliotecário jurídico brasileiro. Foram analisados 106 trabalhos, entre livros, comunicações em eventos científicos, artigos de periódicos e

teses. Ficou constatado que Cecília Andreotti Atienza Alonso era das mais produtivas, além de ser com larga distância a autora mais citada.

Ademais ainda contribuiu com as entidades de classe ao participar do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-8) e FEBAB.

5.3 Maria Lúcia Vilar de Lemos e Maria Eliza Nogueira Loddo

Em 1975, a Biblioteca do Senado iniciou a formação de uma rede de bibliotecas, cujo princípio era o de catalogação cooperativa. As bases de dados denominavam-se BIBR (de monografias e capítulos de livros) e PERI (de títulos e artigos de periódicos).



Dez anos depois, Lúcia e Maria Eliza, sempre com espírito inovador e sabedoras da importância dos acervos de Direito para o processo legislativo, sentiram a necessidade de reestruturar os bancos de dados.

Em outubro de 1985, com as bases de dados BIBR e PERI já contando com 163 mil documentos, foi implantado o SABI, sistema de integração automatizada de todos os serviços da biblioteca. Esse novo sistema visava não só a integração de todos os serviços da biblioteca, mas também a modernização das ferramentas de recuperação de documentos e a elaboração de diversos produtos.

Outro destaque sobre o bom funcionamento do SABI foi a criação da cadeia de sinônimos, que solucionou as dificuldades de recuperação on-line numa base de dados com obras impressas antes e depois da reforma ortográfica brasileira e em idiomas variados. Maquiavel ou Machiavelli? Ruy Barbosa é com i ou com y? O usuário ainda tinha a opção de ativar ou desativar a ferramenta.

Para dar precisão à recuperação da informação, os campos de indexação foram subdivididos em: assunto, assunto pessoal, assunto nome de entidade, congressos e conferências etc. Como exemplo da importância dessa inovação, até então não era possível distinguir, na busca, o termo coelho (animal) de Coelho (sobrenome). Sentindo necessidade de haver um melhor controle das autorias nas bases de dados, inclusive evitando erros de digitação, Lúcia e Maria Eliza criaram o Banco de Dados AUTR (Autoridades), composto de nomes pessoais, entidades, congressos, tratados e títulos uniformes. Nesse mesmo espírito de padronização, ainda naquela época, Lúcia e Maria Eliza perceberam que a elaboração de um tesouro para a rede, “que funcionasse como elemento chave para o tratamento e recuperação da informação nos dois bancos de dados”, seria importante, já que na biblioteca não havia um vocabulário controlado único. Tal desafio foi enfrentado com a criação do VCB – Vocabulário Controlado, que ainda é utilizado e atualizado.

Produtos, anteriormente manuais, passaram a ser automatizados, tais como: fichas catalográficas, etiquetas de lombada, cartões de empréstimo, bibliografias, catálogos, índices e até listagens em que a apresentação do documento era programada de acordo com as necessidades dos usuários.

Também a publicação da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) foi retomada graças às facilidades adotadas pelo novo sistema.

Maria Eliza e Lúcia ao criarem o SABI, foram responsáveis por uma inovação tecnológica pioneira no País, na área de Biblioteconomia Jurídica.

5.4 Neide Alves Dias De Sordi

Neide começou a vida profissional na área agrícola. Depois, foi trabalhar no Poder Judiciário, mais precisamente na Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça, época em que essa unidade passou a integrar a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI). No período de 1989 até 2009, ficou a serviço da Justiça Federal no Conselho de Justiça Federal (CJF). No processo de desenvolvimento da justiça federal, poucos projetos e avanços não tiveram uma participação de Neide, dentre eles: criação do Sistema Nacional de Informação da Justiça Federal, informatização da Justiça, criação do JusData, um projeto de memória da Justiça Federal, criação da Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU), coordenação da primeira unidade de

pesquisa empírica sobre a justiça e o Poder Judiciário, aprimoramento das estatísticas judiciárias e indicadores de desempenho e produtividade da Justiça Federal, participação do comitê gestor das tabelas processuais que contemplam assuntos, classes e movimentação, assim como a tipologia documental, projeto que posteriormente foi levado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a padronização foi ampliada para toda a Justiça, coordenação do projeto de indicativo de carências e atlas da justiça federal por meio do levantamento das unidades carentes da Justiça Federal, coordenação do projeto de estratégia



nacional para corrupção e lavagem de dinheiro, coordenação do programa de gestão documental da Justiça Federal, no Tribunal Regional Federal da 4ª região, coordenação do projeto de gestão dos autos findos para avaliação, guarda e eliminação dos autos, coordenação do projeto para criação dos modelos de requisitos para a gestão de processos e adaptação para todo Judiciário, coordenação do projeto memória da justiça federal, por meio da história oral e documentos registrados de servidores e magistrados, coordenação dos dois primeiros cursos da escola de governo para magistrados nas áreas de direito civil e penal, em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e delineou os temas prioritários para a Justiça, dentre outros.

Em agosto de 2010, Neide se aposentou do serviço público e tornou-se empresária e consultora para instituições importantes que atuam na área jurídica.

5.5 Edilenice Passos

Formada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, com mestrado em Biblioteconomia e Documentação, pela mesma universidade. Edilenice desenvolveu toda a sua vida profissional no Senado Federa.

Em 2001, criou o *website Infolegis: Pesquisa Jurídica no Brasil*, como objetivo reunir dados e informações que facilitem o trabalho do bibliotecário jurídico brasileiro.

No ano seguinte, criou a lista de discussões *Infolegis: Bibliotecários Jurídicos Reunidos*, como propósito de reunir virtualmente os bibliotecários jurídicos brasileiros de todos os entes federativos.

Foi uma das incentivadoras para a criação de periódico especializado em informação jurídica. Em 1º de outubro de 2014, foi o lançado o periódico *Cadernos de Informação Jurídica*, publicado unicamente no formato eletrônico com acesso gratuito a todos os interessados, disponível em www.cajur.com.br. Seu foco é a divulgação do conhecimento e a promoção da troca de experiências entre profissionais especializados na área da Biblioteconomia Jurídica, Arquivologia, Documentação, Ciência da Informação, Museologia, Informática Jurídica e ciências afins. Seu público alvo é formado por bibliotecários, arquivistas, advogados, documentalistas, cientistas da informação, museólogos, e profissionais da área de Tecnologia da Informação que lidam com a informação e a documentação jurídica e legislativa. Edilenice Passos tem sido a editora do periódico desde a sua criação.



É autora de vários artigos de periódicos e livros publicados no Brasil e no exterior. Tem participado das comissões organizadoras de eventos importantes na área jurídicas como o Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas e o Encontro Nacional LexML.

Recebeu, além da homenagem em 2013 durante o 4º SNDIJ, o Prêmio Cultural, oferecido pela Administração Regional de Sobradinho (DF), por relevantes serviços prestados em benefício da comunidade, em 2005; Diploma de "Honra ao Mérito Funcional", entregue pelo Senado Federal, como reconhecimento pela excelência e destacada atuação nos serviços prestados, em 2012; e a Moção de Louvor, feita pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, por relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, também em 2012.

Aposentou-se em 2014. Entretanto, a aposentadoria foi apenas do serviço público, pois continuou com suas atividades em prol da Biblioteconomia Jurídica.

5.6 Lucivaldo Vasconcelos Barros

Como reconhecimento pelos quase 35 anos de trabalho na área jurídica, Lucivaldo foi homenageado pelos bibliotecários jurídicos, em outubro de 2017.

Seu currículo acadêmico impressiona: Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), na área "Informação e Comunicação em Plataformas Digitais". Possui doutorado e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela UnB, com tema abrangendo Transparência Pública e Direito à Informação Socioambiental. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia e Bacharel em Biblioteconomia pela UFPA, com pós-graduação em Administração de Bibliotecas.



Possui extensa experiência profissional. É professor adjunto da Universidade Federal do Pará, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, onde ministra disciplinas na graduação e na pós-graduação. Exerce o cargo de Analista do Ministério Público da União – área Biblioteconomia, lotado na Procuradoria da República no Estado do Pará. Atuou como Advogado na área do Direito Autoral, Direito Administrativo e Direito de Informática. Publicou diversos artigos em revistas indexadas e é autor do livro eletrônico *Fontes de informação jurídico-ambiental*; (Ed. Fórum); co-autor do livro *Informação jurídica: teoria e prática* (Ed. Thesaurus); autor, juntamente com Edilenice Passos, do livro *Fontes de informação para pesquisa em Direito* (Ed. Briquet de Lemos); co-autor de livro com o capítulo *O direito à informação socioambiental na sociedade do consumo* (Ed. Fórum). Coordenou projetos e eventos locais, regionais e nacionais sobre iniciação à pesquisa científica, informação ambiental e documentação jurídica. Ministrou cursos e proferiu palestras em várias capitais brasileiras (São Paulo, Brasília, Belém, Manaus, Macapá, Palmas, Porto Alegre, Goiânia, Florianópolis e São Luís). Tem experiência na área da Ciência da

Informação, com ênfase ao direito à informação socioambiental, transparência pública e fontes de pesquisa de informação jurídica, atuando, ainda, como docente e pesquisador nas áreas do direito à informação, informação jurídica, informação ambiental e aspectos jurídicos de documentos arquivísticos.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

Os eventos profissionais permitem a divulgação de pesquisas, a troca de experiências, o convívio presencial entre os pares, a aquisição de conhecimentos, o aumento da rede de contatos profissionais. As vantagens são múltiplas e beneficiam a todos que participam. O SNDIJ provê a todos essas vantagens. Contudo, a maior vantagem é poder pensar a Biblioteconomia Jurídica de forma coletiva, ouvindo opiniões diferenciadas – olhares díspares veem ângulos distintos – que resultam nas *Recomendações*, que devem ser consideradas pelas entidades de classe, em seu planejamento, pois representam o anseio da classe.

O SNDIJ é um evento jovem, mas que continua atraindo o interesse dos profissionais da área jurídica, que participam na sua organização, na apresentação de palestras e no oferecimento de minicursos.

Este trabalho tem o único objetivo de sintetizar informações sobre as cinco edições do SNDIJ, para marcar o 10º aniversário da primeira edição e também facilitar o uso dessas informações pelos pesquisadores.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas. Comissão Organizadora. Relatório de Atividades. SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO E JURÍDICA, 2007, Brasília. *Anais eletrônicos...*Belo Horizonte, Forum, 2008.

BRASIL. Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas. Comissão Organizadora. Relatório de Atividades. SEMINÁRIO NACIONAL DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICAS, 2., 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: 2010. 1 CD.

BRASIL. Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas. Comissão Organizadora. Relatório de Atividades. SEMINÁRIO NACIONAL DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICAS, 3., 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: 2012. 1 CD.

BRASIL. Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas. Comissão Organizadora. *Relatório Final*. Rio de Janeiro, 2012. (Não publicado).

Recebido em: 20/11/2017

Aceito para publicação em: 13/01/2018

Como citar este artigo:

PASSOS, Edilenice. Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídicas: resgate histórico. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.4, n.2, p. 144-165, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br>.